

Tendências da Contabilidade Contemporânea

Atena Editora



Atena Editora

**TENDÊNCIAS DA CONTABILIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A864t

Atena Editora. Tendências da contabilidade contemporânea / Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017. 1.296 kbytes

Formato: PDF ISBN 978-85-93243-51-6 DOI 10.22533/at.ed.516170412 Inclui bibliografia

1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD-657

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DE UM CONTADOR NA FIGURA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA BUSCA DA EFICÁCIA DOS PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Maressa Nadir Fonseca, Benedito Albuquerque da Silva e Ozeni Souza de Oliveira12

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL NA VISÃO DOS CONTADORES DE ESCRITÓRIO EM FEIRA DE SANTANA - Ba

Caroline do Carmo Adorno, René Becker Almeida Carmo, Carlos Alberto Oliveira Brito e Luiz Ivan dos Santos Silva31

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA EM PORTAIS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2010-2015

Artur Angelo Ramos Lamenha, Gabriel Ramos Lamenha, João Vinicius Santos Correia de Melo e Maria Luciana de Melo52

CAPÍTULO IV

ARMADILHAS CONTIDAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM CASO DE FORENSIC ACCOUNTING

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, César Medeiros Cupertino e Reinaldo de Almeida Coelho71

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dias93

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

Rodney Wernke e Ivone Junges115

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS VIESADAS: UMA ANÁLISE DOS LAUDOS DE OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

Roberto Francisco de Souza , Diego Messias, Denis Dall’Asta e Jerry Adriani Johann ..138

CAPÍTULO VIII

AVESSO A PERDAS E PROPENSO A GANHOS: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS

Silvana Dalmutt Kruger, Mateus Prestes , Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni153

CAPÍTULO IX

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

*Leidyenne Kássia Brandão Carneiro, Jeanne Marguerite Molina Moreira e Allyne Marie
Molina Moreira.....173*

CAPÍTULO X

ESTATÍSTICA DESCRITIVA APLICADA À ANÁLISE DE BALANÇOS

*Benedito Albuquerque da Silva, Reginaldo Brito da Costa, Michel Constantino de
Oliveira, Ana Paula M. Campos, Nidia M. Guerra Gomes e Rosane Aparecida Kulevicz194*

CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE
INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Herivelton Antônio Schuster, Bradley Ricardo Moretti e Roberto Carlos Klann.....207

CAPÍTULO XII

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DEMANDADO PELO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Silvana Dalmutt Kruger, Keizi Sacon, Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni.....229

CAPÍTULO XIII

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

*Ozeni Souza de Oliveira, Benedito Albuquerque da Silva, Sandro Aparecido Lima dos
Santos, Michel Constantino de Oliveira e Reginaldo Brito da Costa248*

Sobre os autores.....260

CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

**Herivelton Antônio Schuster
Bradlei Ricardo Moretti
Roberto Carlos Klann**

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Herivelton Antônio Schuster

Mestre em Ciências Contábeis – FURB

Docente da Universidade da Região de Chapecó - Unochapecó, Faculdade Mater Dei e Instituto Federal do Paraná - IFPR

E-mail: herivelton_schuster@hotmail.com

Bradley Ricardo Moretti

Mestre em Ciências Contábeis – FURB

Docente da Universidade Regional de Blumenau

Universidade Regional de Blumenau

E-mail: morettibrm@hotmail.com

Roberto Carlos Klann

Doutor em Ciências Contábeis – FURB

Docente da Universidade Regional de Blumenau

Universidade Regional de Blumenau

E-mail: rklann@furb.br

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi verificar a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social, por meio dos indicadores divulgados no balanço social, das empresas do setor elétrico brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A população do estudo compreendeu todas as empresas do setor elétrico brasileiro listadas na BM&FBovespa, sendo a amostra composta por 23 empresas, as quais possuíam os dados necessários para análises. Os resultados evidenciaram que, quanto aos indicadores sociais internos e externos, as empresas com maior percentual de investimento em relação à sua receita líquida são as de maior porte. Porém, no que tange os indicadores internos, verificou-se que nenhuma destas empresas apresentou evolução nos investimentos no período analisado. Além disso, a maior parte do valor investido em indicadores externos é destinado ao governo por meio de tributos. Quanto aos indicadores ambientais, constatou-se que as empresas analisadas não evidenciaram investimentos pouco expressivos. É possível inferir que as empresas brasileiras do setor elétrico estão engajadas com a responsabilidade social corporativa, visto que muitas apresentaram investimentos expressivos. Em geral, os resultados apontam para um pequeno avanço nos investimentos em responsabilidade social para algumas empresas e retrocesso para a maior parte destas, principalmente aos destinados ao meio ambiente. Em resposta ao objetivo geral, de verificar qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social das empresas analisadas, conclui-se que, mesmo não sendo um número expressivo de empresas que divulgam o balanço social, poucas apresentaram evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social corporativa; Setor elétrico; Relatórios de sustentabilidade; Balanço social;

1. INTRODUÇÃO

A geração de lucros e capital, durante muitos anos, foi a principal preocupação das organizações, que por consequência obtinham do ambiente e da sociedade os insumos necessários para o alcance deste objetivo. No entanto, este cenário está se revertendo, visto que os movimentos sociais, reivindicando melhores condições de trabalho e redução das desigualdades sociais, têm aumentado gradativamente. Neste contexto, as empresas estão reinventando políticas com intuito de minimizar tais impactos (DIAS; SIQUEIRA, 2006).

Luca (1998) ressalta que uma das principais consequências a partir do desenvolvimento e crescimento das empresas, bem como da sociedade, foi a necessidade de reestruturação da contabilidade, que tem por objetivo mensurar as informações para responder a estas exigências. Desta forma, além do modelo tradicional de demonstrações contábeis, as informações, principalmente as de natureza social, passaram a ser mais evidenciadas para melhor atender seus usuários através do balanço social (LUCA, 1998).

Segundo Tenório (2006), a responsabilidade social nas empresas é uma prática atual e necessária, desde obtenção dos lucros até a incorporação de ações sociais ao plano dos negócios. Cesar e Silva Junior (2008) ressaltam que as práticas de responsabilidade social são visíveis há muito tempo, entretanto, a mensuração e avaliação do grau de responsabilidade social referente a cada empresa é complexa.

A Responsabilidade Social Corporativa é considerada um reflexo de uma boa gestão, que consegue visualizar que as necessidades não são apenas da empresa, mas sim de todos os envolvidos na sua atividade e às consequências decorrentes a ela (MULLENBACH; GOND, 2004). Conforme Souza e Pimmel (2013), além de lucratividade, a sociedade passou a pressionar e a exigir o compromisso para com as ações socioambientais das empresas.

Por consequência da pressão exercida pela sociedade, as organizações estão investindo no comprometimento com o desenvolvimento econômico e as responsabilidades sociais e ambientais. Isso acarreta na necessidade de divulgar as contribuições da empresa em relação à sua geração e distribuição da riqueza (KROETZ; NEUMANN, 2008).

Bushman e Smith (2003) inferem que a divulgação de cunho social é essencial e oportuniza a prospecção de investimentos pela empresa, também tem o papel de auxiliar os investidores a alocarem seus recursos de forma eficiente diante da diversidade de opções existentes no mercado. Neste sentido, o balanço social surgiu para suprir a limitação de divulgação exercida pela contabilidade financeira, sendo este a ferramenta utilizada para a evidenciação de informações de cunho social e ambiental (IBASE, 2015).

Além de incorporar e desempenhar ações sociais, as empresas visam evidenciá-las por meio do balanço social, demonstrando à sociedade que ela tem preocupações sociais. Neste sentido, na legislação contábil brasileira, o relatório da

administração é um dos meios previstos como forma de divulgação destas informações (BOFF, 2007).

Ademais, a importância de analisar a responsabilidade social das empresas do setor de energia elétrica reside no fato de que, por se tratar de um setor regulado, diferente de outros setores da economia, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica tem a obrigatoriedade de elaborar o Relatório de Responsabilidade Socioambiental, desde o exercício de 2007 e, encaminhar a agência reguladora, conforme Resolução Normativa 444 de 26 de outubro de 2001, revogada pela Resolução Normativa 605 de novembro de 2014, que aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Frente ao exposto, destaca-se a seguinte questão que norteia esta pesquisa: Qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social das empresas do setor elétrico brasileiro? Com o intuito de responder à questão apresentada, o objetivo desse estudo é verificar a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social, por meio dos indicadores divulgados no balanço social, das empresas do setor elétrico brasileiro.

Justifica-se este estudo em função de que a adoção de uma postura social e ecologicamente responsável está aumentando e é um tema discutido há décadas, representando um diferencial competitivo e tornando-se assim uma meta das empresas (PINTO, RIBEIRO, 2004). Além disso, segundo Healy e Palepu (2001), os estudos internacionais relacionados ao nível de investimento socioambiental nas empresas é um campo relativamente bem desenvolvido. Em contraste, no Brasil, verifica-se escassez de pesquisas com essa abordagem.

As contribuições do presente estudo consistem, também, na emergente necessidade de se prestar contas à sociedade no que tange aos investimentos e às atividades desenvolvidas pelas organizações, bem com, verificar se as empresas estão mantendo ou evoluíram seus investimentos em responsabilidade social.

Em particular, esta pesquisa amplia os estudos já realizados, como o de Pinto e Ribeiro (2004), que revisaram os conceitos e indicadores dos relatórios de sustentabilidade e balanço social; o de Ferraz e Scudeler (2009), que analisaram a evolução dos indicadores sociais e ambientais presentes no Balanço Social e das práticas de responsabilidade social; de Dal Magro et al. (2012), que identificaram o nível de responsabilidade social por meio dos indicadores divulgados no balanço social das empresas pertencentes ao programa “Em Boa Companhia” da BM&FBovespa; e o de Gonzaga et al. (2012), que avaliaram se o balanço social, divulgado no relatório anual, evidenciava aspectos de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto. Neste sentido, esta pesquisa focaliza não só análise de conceitos ou divulgações referentes à responsabilidade social das empresas, mas sim, se houve evolução do nível de investimentos em responsabilidade social divulgados e executados a cada exercício por companhias brasileiras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Responsabilidade Social Corporativa

Com o surgimento dos movimentos sociais que iniciaram na França, Alemanha e Inglaterra na década de 60, as pressões advindas da sociedade a respeito da responsabilidade social das empresas se tornaram mais intensas. As exigências tiveram alavancagem a partir do ano de 1977, em que a adoção do balanço social passou a ser obrigatória nas empresas francesas (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Ashley (2010) infere que no Brasil, a responsabilidade social corporativa teve seu desenvolvimento a partir da década de 1990, em que surgiram os institutos e as fundações relacionados a essas questões, tais como o Instituto Ethos, Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Núcleo de Ação Social (NAS), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Associação de Empresários pela Cidadania (CIVES) e Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES).

Pinto e Ribeiro (2004) discorrem que a responsabilidade social é um tema amplamente discutido. Tem-se, neste sentido, que a empresa, além de ser um agente econômico, é também um agente social, visando a partir de suas atividades o bem-estar social. Contudo, seus objetivos devem ir além dos lucros e riquezas, devem ir ao encontro da preservação do meio ambiente, da manutenção de empregos, da contribuição para a formação profissional e da qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado (PINTO; RIBEIRO, 2004; SOUZA; PFITSCHER; FREY, 2011).

Moscovici (2000) destaca que a responsabilidade social não está separada do negócio da empresa, no entanto, torna-se uma nova forma de gestão empresarial, impondo às organizações um maior compromisso para com o desenvolvimento do bem-estar da sociedade e à melhoria da comunidade. Desta forma, em suma, trata-se do cumprimento dos deveres de forma ética, assim como as obrigações dos indivíduos e empresas (HORTA; RAMOS; LIMA, 2011).

Vale ressaltar que toda empresa deve estar ciente de que sua responsabilidade social vai além da responsabilidade com seus clientes, ou seja, esta deve reconhecer a sociedade como parte interessada da própria organização (LONGENECKER, 1981). Além disso, conforme Karkotli (2008), a responsabilidade social da empresa é oriunda da ética praticada e aplicada às vivências diárias nas organizações. Para o autor, elas representam uma ferramenta que está aliada ao desenvolvimento social do país, unindo e estabelecendo vínculos entre o setor econômico, social e ambiental.

De acordo com Tupy (2008), para a empresa ter competências socioambientais faz-se necessário que esta seja transparente e confiável nas ações. Isso pode refletir em uma administração eficiente, contudo, a sua omissão

pode acarretar riscos à sua atividade, visto que as pressões externas e envolvimento pessoais se intensificam cada dia mais. Ressalta-se que o conceito de sustentabilidade está diretamente ligado à questão da responsabilidade social (TUPY, 2008).

Acerca de tantos conceitos, Oliveira (2005) infere que a responsabilidade social envolve uma gestão empresarial transparente e ética, refletindo na maneira como as empresas agem. Isso impacta no relacionamento entre as partes interessadas. Reflexos são visíveis também na governança corporativa e, conseqüentemente, nos resultados econômico-financeiros da empresa (OLIVEIRA, 2005).

2.2. Evidenciação da Responsabilidade Social Corporativa

A contabilidade é vista como um bem social e não apenas como uma técnica, pois exerce a função de instrumento de gestão social que promove mudanças (BURCHELL; CLUBB; HOPWOOD, 1985). De acordo com Aquino e Santana (1992), todo o sistema contábil é dependente de informações, sendo a evidenciação uma das suas áreas mais amplas. Para os autores, a evidenciação deve ser feita de forma transparente, ou seja, de forma que os dados ou informações nela contidos sejam entendíveis, compreendendo de imediato o que está sendo comunicado. Para Hendriksen e Van Breda (2007), a evidenciação incorpora as diferentes formas e métodos, cujo objetivo é a divulgação das informações de caráter financeiro de uma empresa, visto que estas permitem ter breve conhecimento acerca das políticas da empresa e o seu reflexo no segmento em que atua.

Segundo Mazzioni, Di Domenico e Zanin (2011), os relatórios sociais evidenciam as ações de responsabilidade sociais geradas a partir da atividade da empresa, bem como o envolvimento da empresa com a sociedade e os benefícios proporcionados para esta. Porém, a não obrigatoriedade da divulgação destas informações contribui para o abstencionismo no que tange aos relatórios sociais. Sancovski e Silva (2006) ressaltam que a evidenciação de informações sociais é considerada um meio das empresas transparecerem informações a respeito de suas atividades, comportamentos e ações, deixando claro seus valores e ideias em resposta aos fatores externos. Ainda tem-se que o objetivo dos relatórios de sustentabilidade é de evidenciar os impactos econômicos, ambientais e sociais de uma organização e demonstram a prática das ações de responsabilidade social e seus benefícios para a comunidade (OLIVEIRA et al., 2009).

Neste contexto, Moura et al. (2010) afirmam que muitos países utilizam modelos próprios de relatório, cujos conteúdos atendem às necessidades das empresas ou sociedade, ou seja, algumas priorizam os aspectos ambientais e outras os de cunho social. No Brasil, o Instituto Ethos (2007) designa que o modelo de balanço social mais utilizado é desenvolvido pelo IBASE, sendo este responsável pelas diretrizes de sua elaboração. Já o modelo mais disseminado universalmente

é o Global Reporting Initiative (GRI), no entanto, ambos têm como objetivo fomentar as informações no que tange à transparência e à gestão responsável das empresas.

Os relatórios de sustentabilidade são os meios de divulgações de informações socioambientais mais recentes, e neste aspecto o GRI se consolida como uma das referências mundiais. Para a Global Reporting Initiative (2015), os relatórios de sustentabilidade têm como propósito a mensuração, divulgação e prestação de contas para stakeholders internos e externos, quanto ao desempenho organizacional e sustentabilidade.

O modelo IBASE é composto por 51 indicadores que contém dados de dois exercícios anuais da empresa, além de informações quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações relevantes. Esses indicadores estão dispostos em sete grupos: i) Base de cálculo; ii) Indicadores sociais internos; iii) Indicadores sociais externos; iv) Indicadores ambientais; v) Indicadores do corpo funcional; vi) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; e vii) Outras Informações;

Schenini (2005) assegura que, por meio do modelo de balanço social desenvolvido pelo IBASE, é possível verificar informações sobre a receita líquida, lucro operacional, folha de pagamento bruta, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, auxílio creche, participação nos lucros e outros benefícios da empresa. No que tange ao aspecto social, estão contidas informações sobre tributos, contribuições para a sociedade, investimentos na cidadania, como educação e cultura, saúde e saneamento, habilitação, esporte e lazer, creches, alimentação e investimentos em meio ambiente.

Apesar de o estudo do balanço social ser recente no Brasil, é perceptível a disposição advinda das empresas em contribuir nos aspectos da sua elaboração e divulgação, pois este é utilizado pela contabilidade para disponibilização de informações úteis, verdadeiras e justas, e evidenciam a responsabilidade das empresas para com a sociedade (MAZZIONI; TINOCO; OLIVEIRA, 2007).

As informações publicadas pelas empresas por meio do balanço social devem demonstrar de forma transparente as políticas praticadas e o reflexo disto no seu patrimônio. Esta prática resulta em êxito para a empresa, visto que a responsabilidade social exige o rompimento de preconceitos por parte dos usuários (FERRAZ; SCUDELER, 2009).

2.3. Estudos Relacionados

Nesta seção apresenta-se um resumo dos principais estudos relacionados ao tema desenvolvidos com empresas brasileiras. Pinto e Ribeiro (2004) revisaram os conceitos e indicadores dos relatórios de sustentabilidade e balanço social. Avaliaram o conteúdo das informações que estavam sendo fornecidas pelas maiores indústrias do Estado de Santa Catarina. Os resultados evidenciaram que o Balanço Social estava se difundido, porém, as empresas na época não seguiam um

padrão e os indicadores eram divulgados de formas variadas. Também constataram a ausência de algumas informações relevantes, fazendo com que os Balanços Sociais deixassem de propiciar aos usuários uma utilidade mais ampla.

Oliveira (2005) investigou como as 500 maiores empresas S/A não-financeiras do Brasil estavam divulgando informações de caráter socioambiental e, se isso estava sendo efetuado de forma organizada. Para tanto, se utilizou dos balanços sociais publicados por estas empresas, mensurando a parcela de recursos que estas disponibilizaram para os setores socioambientais. Os resultados revelaram que quanto maior a empresa, mais informações eram publicadas no balanço social. Os resultados demonstraram que as empresas que mais publicavam estavam nos setores de atividades propícias a gerarem maiores impactos sociais e ambientais, como petróleo, eletricidade e gás. Concluíram que o processo de normatização propiciava maior qualidade e legitimidade aos balanços sociais.

Ferraz e Scudeler (2009) analisaram a evolução dos indicadores sociais e ambientais presentes no balanço social, as práticas da responsabilidade social e as vantagens de sua adoção e divulgação para as empresas e sociedade. Para tanto, utilizaram-se de 17 empresas brasileiras que publicaram o balanço social no período de 2001 a 2005. Constataram que as empresas que publicaram o balanço social evidenciavam maior compromisso com a questão da responsabilidade social. No entanto, os investimentos obrigatórios, sejam sociais ou ambientais, não eram mais constatados do que os investimentos voluntários. Outra observação foi que a margem de distribuição para a sociedade e meio ambiente era baixa, levando em consideração o aumento da riqueza das empresas.

Dal Magro et al. (2012) objetivaram identificar o nível de responsabilidade social por meio dos indicadores divulgados no balanço social das empresas listadas na BM&FBovespa em 18 empresas pertencentes ao programa “Em Boa Companhia” e, que publicaram o balanço social no ano de 2010 em seus respectivos sítios eletrônicos. Os resultados revelaram que eram poucas as empresas que publicavam o balanço social. Além disso, revelaram que os investimentos em indicadores ambientais eram consideravelmente inferiores aos indicadores internos e externos de responsabilidade social.

O estudo de Gonzaga et al. (2012) objetivou avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, evidenciava aspectos de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa em 2011. Constataram que, quanto aos indicadores de responsabilidade social, o Banco do Brasil se destacou, seguido da Petrobrás. Destacaram também que o balanço social constante no relatório anual das empresas evidenciava parcialmente a responsabilidade social e era a melhor ferramenta de evidenciação. Contudo, a falta de obrigatoriedade do balanço social era prejudicial para a obtenção de informações consistentes.

Quintana et al. (2012) investigaram como eram evidenciados os investimentos ambientais em termos quantitativos das empresas que participavam do programa “Em Boa Companhia” da BM&FBovespa. Utilizaram para tanto o

balanço social e a Demonstração de Valor Adicionado - DVA, no período de 2009 a 2010. Constataram que as empresas, apesar de evidenciarem uma elevada carga tributária, investiam significativamente em seus colaboradores, sendo que isso refletia na questão social e ambiental. Concluíram que as empresas participantes deste programa apresentavam uma contribuição pouco expressiva nos assuntos ambientais e sociais.

Eidt et al. (2014) analisaram a evidenciação nos relatórios da administração dos projetos sociais das empresas que compõe o programa “Em Boa Companhia” listadas na BM&FBovespa no período de 2009 a 2011. Os resultados demonstraram que poucos dos projetos desenvolvidos pelas empresas estavam sendo divulgados nos relatórios da administração, bem como poucas empresas apresentaram projetos no programa “Em Boa Companhia”.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de responder o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa.

A população do estudo compreendeu todas as empresas do setor elétrico brasileiro listadas na BM&FBovespa. Já a amostra da pesquisa foi composta por todas as empresas que publicaram o Balanço Social nos seus Relatórios Anuais ou Relatório de Sustentabilidade em seus respectivos sítios no período de 2012 a 2014, os quais foram utilizados para a coleta dos dados. Foram excluídas da amostra as empresas que representam fundos de investimento e holdings.

Para as empresas que fazem parte de um grupo específico utilizou-se o balanço consolidado da controladora para coleta e análise os dados, porém, se as componentes deste grupo divulgam o balanço social em seus relatórios, as mesmas foram analisadas individualmente. Dessa forma, restaram para a composição da amostra deste estudo 23 empresas, como exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Amostra do estudo

AMOSTRA DO ESTUDO		
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S/A
AES Tiete S/A	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás
Endesa (ampla e coelce)	Companhia Energética de São Paulo - CESP	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	Companhia Eletricidade Estado da Bahia - COELBA	Energisa S/A
Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica - CEEE	Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Light s/a
Companhia Estadual Geração Transmissão Energia Elétrica - CEEE	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	Renova Energia S/A

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	CPFL Energia S/A	Tractebel Energia S/A
Centrais Elétricas do Para S/A - CELPA	EDP - Energias do Brasil S/A	

Fonte: Dados da pesquisa.

Este estudo busca verificar qual a evolução no nível de investimentos em responsabilidade social, para isso, foram coletados os dados levando em consideração os grupos de indicadores propostos no modelo de Balanço Social do IBASE, exposto no Quadro 3.

Quadro 3- Indicadores do Balanço Social

Grupos	Informação
Base de cálculo	Informações financeiras: receita líquida; resultado operacional; folha de pagamento bruta.
Indicadores sociais internos	Investimentos obrigatórios e voluntários da empresa para atender ao corpo funcional: alimentação, encargos sociais; planos de previdência privada, saúde, medicina e segurança no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche; participação nos lucros ou resultado, e outros.
Indicadores sociais externos	Investimentos voluntários da empresa para a sociedade em geral: projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamentos de tributos e outros.
Indicadores ambientais	Investimentos realizados para mitigar ou compensar seus impactos ambientais. Projetos de melhoria ambiental: inovação tecnológica, educação ambiental.
Indicadores do corpo funcional	Relacionamento interno com seus empregados: criação de postos de trabalho, número de estagiários, diversidade: negros, mulheres, deficientes, negros em cargos de chefia.
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição de benefícios. Diretrizes e processos relacionados à gestão da responsabilidade social corporativa.
Outras Informações	Outras informações relevantes relacionadas a práticas sociais e ambientais.

Fonte: IBASE (2010).

A análise percorreu com base na receita líquida investida pela empresa para cada indicador. Os indicadores utilizados foram os internos (receita líquida em investimentos obrigatórios e voluntários da empresa para atender ao corpo funcional pela receita líquida total da empresa), externos (receita líquida em investimentos voluntários da empresa para a sociedade em geral pela receita líquida total da empresa) e ambientais (receita líquida em investimentos realizados para mitigar ou compensar seus impactos ambientais pela receita líquida total da empresa de cada empresa analisada), utilizou-se a receita líquida investida a cada um, de devido à disponibilidade dos dados, e também por esta ser utilizada como referência de evidenciação nos balanços sociais.

Quanto aos indicadores de corpo funcional, foram utilizados os dados

admissões, demissões e total de empregados ao final do período que são compostos pelo número de empregados ao final do período, admissões e demissões no período, número de empregados terceirizados, estagiários, aprendizes e empregados acima de 45 anos. O intuito é de verificar o turnover de cada empresa analisada. Para tanto, considerou-se a seguinte fórmula:

$$[(ADM + DEM)/2] / EMPFP$$

Onde:

ADM = admissões;

DEM = demissões;

EMPFP = total de empregados no final do período;

Por fim, para o cálculo do nível de investimentos em responsabilidade social de cada empresa da amostra, para cada ano analisado, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$(PRLII + PRLIE + PRLIA)$$

Onde:

PRLII = Percentual da receita líquida em relação aos indicadores internos;

PRLIE = Percentual da receita líquida em relação aos indicadores externos;

PRLIA = Percentual da receita líquida em relação aos indicadores ambientais;

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise do balanço social do período 2012 a 2014 das empresas brasileiras do setor elétrico listadas na BM&FBovespa, obteve-se os resultados expostos nesta seção. Inicialmente, expõem-se os dados referentes à receita líquida, indicadores internos, externos e ambientais. Na sequência, os indicadores do corpo funcional e os níveis de investimentos em responsabilidade social. Na Tabela 1 é evidenciado o total da receita líquida do para o período analisado.

Tabela 1 - Receita líquida

Receita Líquida*							
Empresa	2012	2013	2014	Empresa	2012	2013	2014
AES SUL	2.341.357	2.072.919	2.661.856	COPEL	8.532.217	9.180.214	13.918.517
AES Tiete	2.112.435	2.336.933	3.205.007	COSERN	1.418.335	1.383.176	1.587.674
ENDESA	7.485.085	7.635.755	9.450.500	CPFL Energia	15.055.147	14.633.856	17.305.942
CEMIG	18.460.375	14.627.280	19.539.578	EDP Energia	6.454.488	7.096.492	8.898.728
CEEE-D	2.188.950	2.263.719	2.849.004	ELEKTRO	3.569.543	3.549.334	4.762.814
CEEE-GT	952.863	735.508	589.207	Eletrobrás	30.328.161	24.995.825	30.244.854
CELESC	4.545.21	4.350.17	6.246.24	Eletropaulo	9.959.19	9.012.20	10.557.2

	4	3	3		8	7	79
CELPA	2.349.951	2.494.994	3.987.178	Energisa	2.919.079	2.857.772	8.279.559
CELPE	3.545.861	3.283.509	3.939.767	Light S/A	7.613.096	7.422.256	9.230.370
CEMAR	1.703.481	1.968.774	2.484.218	Renova	115.639	226.011	302.867
CESP	3.354.005	3.904.102	4.856.023	Tractebel	4.912.499	5.568.658	6.472.496
COELBA	5.813.614	4.984.637	5.544.191				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 1, verifica-se que dentre as empresas que divulgaram seu balanço social, a maior receita líquida foi da empresa ELETROBRAS, nos três anos analisados, seguida da CEMIG. Já em relação a menor receita, tem-se a Renova e a CEEE, seguidas pela COSERN e a CEMAR.

Na Tabela 2 estão contidos os percentuais da receita líquida em relação aos indicadores internos.

Tabela 2 - Percentual da receita líquida em relação aos indicadores internos

Empresa	Percentual Receita Líquida			Empresa	Percentual Receita Líquida		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	2,74%	3,62%	2,75%	COPEL	18,96%	16,33%	10,49%
AES TIETE	1,86%	1,66%	1,11%	COSERN	2,56%	3,37%	3,45%
ENDESA	2,45%	2,36%	1,97%	CPFL ENERGIA	2,41%	2,48%	2,34%
CEMIG	4,16%	5,30%	4,17%	EDP ENERGIAS	2,54%	2,62%	2,11%
CEEE-D	7,46%	7,03%	6,20%	ELEKTRO	4,06%	3,92%	2,73%
CEEE-GT	10,87%	13,86%	19,17%	ELETROBRAS	9,87%	13,39%	10,77%
CELESC	5,62%	5,78%	4,29%	ELETROPAULO	5,83%	7,18%	5,98%
CELPA	1,56%	4,30%	2,13%	ENERGISA	5,05%	5,73%	5,18%
CELPE	2,34%	2,94%	2,54%	LIGHT S/A	1,70%	2,04%	1,50%
CEMAR	3,05%	3,12%	2,55%	RENOVA	5,75%	8,53%	9,51%
CESP	2,44%	2,11%	1,52%	TRACTEBEL	3,16%	2,98%	2,77%
COELBA	2,37%	2,76%	3,24%				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 2 verifica-se que dentre as empresas que divulgaram seu balanço social, as com maiores percentuais da receita líquida em relação aos indicadores internos são a CEEE - GT, COPEL e ELETROBRAS. Já as que apresentaram menor percentual de investimento foram a AES Tiete S/A, Light S/A e CELPA.

Se comparado esse resultado com o porte, considerando a receita líquida, tem-se que a CEEE - GT está entre as duas menores empresas em relação à receita líquida, já a COPEL e ELETROBRAS estão entre as maiores. Há certa tendência de que as maiores realmente investem mais quanto aos indicadores

internos, porém com ressalva para a empresa CEEE – GT. No que tange as empresas com menor percentual de investimentos, verifica-se que realmente condizem com as menores receitas líquidas evidenciadas, com exceção à empresas Light S/A que está entre as de maior porte.

A Tabela 3 apresenta os investimentos das empresas em indicadores sociais externos em relação à receita líquida.

Tabela 3 - Percentual da receita líquida em relação aos indicadores externos

Empresa	Percentual Receita Líquida			Empresa	Percentual Receita Líquida		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	26,14%	19,63%	27,28%	COPEL	56,01%	40,35%	32,01%
AES TIETE	25,63%	19,05%	7,34%	COSERN	37,36%	37,19%	38,79%
ENDESA	53,12%	19,14%	35,02%	CPFL ENERGIA	41,05%	29,49%	28,48%
CEMIG	47,46%	39,02%	35,02%	EDP ENERGIAS	45,58%	37,42%	30,96%
CEEE-D	40,10%	31,67%	27,98%	ELEKTRO	37,04%	31,66%	32,22%
CEEE-GT	7,00%	3,35%	2,81%	ELETROBRAS	12,34%	14,30%	27,04%
CELESC	48,37%	47,88%	42,89%	ELETROPAULO	29,72%	27,61%	23,47%
CELPA	39,68%	3,37%	2,63%	ENERGISA	35,04%	30,43%	33,14%
CELPE	40,17%	40,76%	38,34%	LIGHT S/A	41,03%	41,82%	42,48%
CEMAR	48,48%	33,30%	27,89%	RENOVA	10,42%	10,13%	13,09%
CESP	24,26%	23,83%	27,12%	TRACTEBEL	23,68%	21,19%	18,73%
COELBA	38,01%	48,97%	37,27%				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Entendem-se como indicadores externos a representação do compromisso das empresas com o bem-estar da sociedade. No entanto, vale ressaltar que dentre o total de investimentos em indicadores externos, grande parte é destinado ao governo, a partir dos tributos municipais, estaduais e federais.

Diante disso, pode-se perceber a partir da Tabela 3, que o investimento externo é mais elevado quando comparado com os internos. Neste contexto, as empresas que mais se preocuparam e investiram no período analisado foram a COPEL, Light S/A, EDP, CELESC, CELPE, COELBA, COSERN e CEMIG. Destas, destaca-se a empresa COSERN cujo porte é um dos menores dentre as empresas analisadas, e as demais empresas estão entre as de maior porte em quando verificadas sua receita líquida.

Constata-se ainda na Tabela 3 que a ENDESA apresentou uma redução nos investimentos em indicadores externos do ano de 2012 para 2013 (63,96%). Da mesma forma, a empresa CELPA teve a maior redução, sendo que de 2012 para 2013 reduziu os investimentos em indicadores externos em 91,50% e de 2012 para 2014 em 93,37%. As demais empresas não apresentaram discrepância significativa entre as porcentagens de investimento, no entanto a empresa LIGHT S/A manteve-se constante no período analisado, e em 2014 apresentou um crescimento de 3,41% em relação a 2012. A partir desses resultados é possível destacar que algumas empresas associam o negócio ao bem estar e compromisso com a sociedade enquanto outras os mantem apenas por certo período, reforçando

o conceito de Moscovici (2000) sobre responsabilidade social, em que esta não deve estar interligada ao negócio da empresa, tornando-se uma forma de gestão empresarial e impondo às empresas um maior compromisso para com o desenvolvimento do bem-estar da sociedade.

Os percentuais de investimento em relação aos indicadores ambientais estão expostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Percentual da receita líquida em relação aos indicadores ambientais

Empresa	Percentual Receita Líquida			Empresa	Percentual Receita Líquida		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	0,98%	0,61%	0,41%	COPEL	3,21%	2,75%	2,37%
AES TIETE	0,49%	0,54%	0,40%	COSERN	0,86%	0,79%	0,94%
ENDESA	2,38%	0,95%	0,91%	CPFL ENERGIA	0,73%	0,66%	0,51%
CEMIG	0,88%	1,32%	0,27%	EDP ENERGIAS	0,69%	0,84%	1,40%
CEEE-D	0,69%	2,75%	0,28%	ELEKTRO	2,07%	1,97%	1,47%
CEEE-GT	0,47%	0,70%	0,61%	ELETROBRAS	1,18%	1,69%	0,98%
CELESC	3,32%	5,01%	3,50%	ELETROPAULO	0,57%	0,95%	0,91%
CELPA	1,59%	0,79%	0,63%	ENERGISA	1,44%	1,78%	0,82%
CELPE	3,55%	5,64%	0,00%	LIGHT S/A	0,50%	0,52%	0,60%
CEMAR	1,84%	0,47%	0,66%	RENOVA	17,00%	4,10%	4,45%
CESP	0,77%	0,82%	0,79%	TRACTEBEL	1,15%	0,76%	0,72%
COELBA	1,55%	3,25%	1,22%				

*Valor (Mil R\$)

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se o fato de que as empresas analisadas não apresentaram um valor significativo de investimentos em indicadores ambientais, comparados a sua receita líquida, visto que a empresa que apresentou o maior percentual foi a Renova Energias. A empresa que apresentou o menor investimento da sua receita líquida em indicadores ambientais foi a AES Tiete, com 0,49% em 2012, 0,54% em 2013 e 0,40% em 2014. Os resultados verificados vão ao encontro do estudo de Dal Magro et al. (2012) pois, em relação aos indicadores ambientais, todas as empresas apresentaram baixos percentuais, exceto a Renova Energias, que demonstrou o maior percentual.

De forma geral, devido ao baixo percentual de investimentos em indicadores ambientais, os resultados deste estudo corroboram o evidenciado por Quintana et al. (2012), concluindo que as empresas apresentavam uma contribuição pouco expressiva nos assuntos ambientais e sociais. Na Tabela 5 são apresentados os indicadores de corpo funcional. Estes correspondem ao número de empregados ao final do período, admissões e demissões no período, número de empregados terceirizados, estagiários, aprendizes e empregados acima de 45 anos.

Tabela 5 - Indicadores de Corpo funcional (turnover)

Empresa	Turnover			Empresa	Turnover		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	14,31%	18,65%	16,21%	COPEL	6,78%	9,04%	2,89%

AES TIETE	16,35%	12,31%	7,00%	COSERN	6,38%	7,46%	10,76%
ENDESA	9,22%	7,41%	7,03%	CPFL ENERGIA	21,75%	21,78%	22,25%
CEMIG	2,07%	12,61%	2,74%	EDP ENERGIAS	11,62%	18,31%	9,54%
CEEE-D	4,84%	2,03%	2,80%	ELEKTRO	12,20%	11,37%	10,07%
CEEE-GT	3,38%	2,13%	5,55%	ELETROBRAS	8,11%	14,13%	2,75%
CELESC	3,30%	14,80%	6,80%	ELETROPAULO	16,50%	12,64%	9,59%
CELPA	4,99%	33,92%	7,70%	ENERGISA	14,74%	15,11%	13,86%
CELPE	9,95%	9,93%	9,23%	LIGHT S/A	10,08%	9,83%	9,68%
CEMAR	10,49%	9,81%	8,32%	RENOVA	5,73%	5,73%	3,75%
CESP	3,62%	13,15%	8,46%	TRACTEBEL	5,73%	5,73%	3,75%
COELBA	12,10%	8,42%	10,29%				

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 5 constata-se que houve uma variação considerável de rotatividade dos funcionários (turnover) em algumas das empresas analisadas. A CPFL Energia apresentou o maior percentual de rotatividade, seguida da AES Sul. Mesmo diante destes percentuais, pode-se verificar que não foi significativo o número de demissões e admissões no período, visto que a maior parte das empresas apresentaram turnover baixo. Isso demonstra que as empresas estão conscientes de suas responsabilidades para com os colaboradores, e nesse sentido, Bohlander, Snell e Sherman (2004) ressaltam que a rotatividade nas empresas pode resultar em elevados custos, visto que, quanto maior o índice de rotatividade, maiores serão os custos com treinamento dos colaboradores que serão admitidos para prestarem serviços à empresa, o que muitas vezes, afeta na sua produtividade.

Na Tabela 6 apresenta-se a parcela da receita líquida em relação aos investimentos em responsabilidade social das empresas analisadas.

Tabela 6 - Receita líquida em relação aos investimentos em responsabilidade social

Empresa	Nível de Investimento			Empresa	Nível de Investimento		
	2012	2013	2014		2012	2013	2014
AES SUL	29,86%	23,86%	30,45%	COPEL	78,18%	59,43%	44,87%
AES TIETE	27,98%	21,25%	8,84%	COSERN	40,77%	41,34%	43,17%
ENDESA	57,96%	22,45%	37,90%	CPFL ENERGIA	44,18%	32,62%	31,33%
CEMIG	52,50%	45,64%	39,46%	EDP ENERGIAS	48,81%	40,88%	34,47%
CEEE-D	48,26%	41,45%	34,47%	ELEKTRO	43,17%	37,55%	36,42%
CEEE-GT	18,34%	17,91%	22,59%	ELETROBRAS	23,39%	29,38%	38,80%
CELESC	57,30%	58,67%	50,68%	ELETROPAULO	36,12%	35,74%	30,36%
CELPA	42,83%	8,46%	5,39%	ENERGISA	41,54%	37,93%	39,14%
CELPE	46,06%	49,34%	40,88%	LIGHT S/A	43,23%	44,39%	44,58%
CEMAR	53,37%	36,89%	31,10%	RENOVA	33,18%	22,76%	27,06%
CESP	27,48%	26,76%	29,44%	TRACTEBEL	27,99%	24,93%	22,21%
COELBA	41,92%	54,98%	41,73%				

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de responsabilidade social, exposto na Tabela 6, é verificado a partir da soma entre os percentuais de investimentos dos indicadores internos, externos e ambientais analisados no período. Com isso, é possível constatar que a COPEL é

a que apresentou o maior nível de investimento para dois anos analisados (2012 e 2013), porém, a mesma não apresentou evolução, visto que no ano de 2014 investiu 44,87% de sua receita líquida em indicadores sociais, ou seja, 33,31% a menos que no ano de 2012 e 14,56% em relação a 2013.

A CELESC apresentou evolução no período 2012/2013, estando entre as que mais investiram em indicadores sociais, com 57,30% e 58,67% respectivamente, no entanto, reduziu seu nível para 50,68% em 2014. No mesmo sentido, as empresas CEMIG, ENDESA, CEMAR, COELBA, CEEE-D, CPFL ENERGIA e EDP ENERGIAS apresentaram os maiores investimentos em pelo menos um ano analisado, mas não permaneceram em evolução nos demais anos.

Pode-se destacar a empresa Light S/A entre as que mais investiram em indicadores sociais e tiveram evolução para o período analisado. Ainda com evolução e níveis significativos de investimentos, destaca-se a COSERN, com investimentos de 40,77%, 41,34% e 43,17% no período 2012/2014.

Por fim, dentre as empresas que demonstraram evolução quanto aos investimentos em responsabilidade social, mas com menores níveis, pode-se destacar a ELETROBRAS com acréscimo de 20,39% no período 2012/2013 e de 24,28% no período 2013/2014. A CESP investiu 6,66% a mais no período 2012/2014 e a CEEE -GT que investiu 18,81% a mais no período analisado.

As demais empresas da amostra demonstraram inferioridade quanto ao nível de investimentos em indicadores sociais, bem como, gradativa redução deste no decorrer do período analisado, com destaque para as empresas AES TIETE com redução de 68,41% de 2012 para 2014 e a CELPA que reduziu seus investimentos em responsabilidade social em 87,42% no período.

Tal resultado contrasta-se com o de Ferraz e Scudeler (2009) demonstrando que as empresas que publicaram o balanço social demonstram certo compromisso com a questão da responsabilidade social. Corroborando ainda com os achados dos autores, percebe-se que os investimentos voluntários são pouco percebidos quando comparados aos obrigatórios, sejam de cunhos sociais ou ambientais. Fica evidente também que a margem de distribuição para a sociedade e meio ambiente é muito baixa se comparados ao aumento da riqueza das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social, por meio dos indicadores divulgados no balanço social, das empresas do setor elétrico brasileiro, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. Analisou-se o balanço social no período de 2012 a 2014 de uma amostra de 23 empresas que divulgaram seu balanço social no período analisado.

Os resultados evidenciaram que, quanto aos indicadores sociais internos a empresa com maiores investimentos em relação à sua receita líquida foi a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT,

seguida pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Em contraste, as empresas que apresentaram menor percentual de investimento foram a AES Tiete e a Light S/A. Há uma tendência de que as maiores empresas, considerando a receita líquida, realmente investem mais quanto aos indicadores internos, porém não pode ser generalizado.

Já em relação aos indicadores externos, as empresas em destaque, ou seja, com maiores investimentos são a Companhia Paranaense de Energia – COPEL seguida pelas empresas Light S/A, EDP - Energias do Brasil S/A, Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC. Vale ressaltar que nenhuma destas apresentou evolução nos investimentos em indicadores externos para o período analisado. A partir desses resultados é possível destacar que algumas empresas associam o negócio ao bem estar e compromisso com a sociedade enquanto outras os mantem apenas por certo período. As empresas com menor preocupação e investimento em indicadores externos foram a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE e a Centrais Elétricas do Pará – CELPA. Vale destacar que grande parte do valor investido em indicadores externos é destinado ao governo através de tributos.

Quando analisados os indicadores ambientais, foi possível verificar que as empresas analisadas não evidenciaram altos valores de investimento em indicadores ambientais. Neste sentido, a empresa que apresentou o maior percentual em relação à receita líquida foi a Renova Energias, seguida pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL e a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. Além disso, a empresa que menos destinou investimento da sua receita líquida em indicadores ambientais foi a AES Tiete. Os achados corroboram os de Dal Magro et al. (2012) e Quintana et al. (2012) em relação aos pouco expressivos investimentos em indicadores ambientais para todas as empresas.

Com base nos resultados, é possível inferir que as empresas brasileiras do setor elétrico estão engajadas com a responsabilidade social corporativa, visto que muitas apresentaram investimentos significativos. Contudo, percebe-se que há pouca evolução nos investimentos, que muitas das empresas analisadas mantiveram o nível de investimentos ou até mesmo reduziu, indicando que estão cumprindo apenas com as exigibilidades e não com investimentos adicionais em responsabilidade social, principalmente aos destinados ao meio ambiente.

Em resposta ao objetivo geral, de verificar qual a evolução do nível de investimentos em responsabilidade social das empresas analisadas, conclui-se que, mesmo não sendo um número expressivo de empresas que divulgam o balanço social, poucas apresentaram evolução, mas num nível equilibrado, sendo que as empresas que apresentaram maiores níveis de investimento no período, não tiveram evolução.

De maneira geral, os resultados apontam para um pequeno avanço nos investimentos em responsabilidade social para algumas empresas e retrocesso para a maior parte destas. Além disso, as informações divulgadas são suficientes para se traçar um panorama desses investimentos, porém a contabilidade podem melhorar seus mecanismos para reconhecer e evidenciar tais práticas pelas

empresas.

Como limitação deste estudo, tem-se que, mesmo estando dentro de um mesmo setor da economia, ou seja, setor elétrico, as empresas possuem objetos distintos, empresas de distribuição, geração e transmissão de energia, assim, os objetivos e direcionamentos regulatórios podem impactar nos investimentos realizados quanto ao aspecto socioambiental.

Recomenda-se para novas pesquisas, a verificação de todas as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, sendo possível verificar a evolução do nível de investimento em responsabilidade social entre os diversos setores de atuação das empresas. Vale aplicar o mesmo escopo, também, em empresas de outro país, a fim de comparabilidade dos resultados com este estudo.

REFERÊNCIAS

AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, T. E.; HUGHES, K. E. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach. **Accounting, organizations and society**, v. 29, n. 5, p. 447-471, 2004.

AQUINO, W.; SANTANA, A. **Evidenciação**. Caderno de Estudos, São Paulo: FIECAFI, n. 5, p. 1-40, jun. 1992.

ASHLEY, P.A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva. 2ed, 2010.

BOFF, M. L. **Estratégia de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração em empresas familiares**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

BOHLANDER, G. W; SNELL, S.; SHERMAN, A. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BURCHELL, S.; CLUBB, C.; HOPWOOD, A. G. Accounting in its social context: towards a history of value added in the United Kingdom. **Accounting, organizations and Society**, v. 10, n. 4, p. 381-413, 1985.

BUSHMAN, R.; SMITH, A. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **FRBNY Economic Policy Review**, USA, v.9, n.1, p.65-87, 2003.

DA CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade**

& Finanças, v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005.

DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da evolução qualitativa dos balanços sociais da Petrobras no período de 2000 a 2004. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006.

EIDT, A.; FANK, O. L.; VOGT, M.; DEGENHART, L. Responsabilidade Social: Estudo nas Empresas Listadas no Programa em “Boa Companhia” da Bolsa de Valores BM&FBOVESPA. **Revista Conexão**, n. 1, p. 1-19, 2014.

FERRAZ, M. O.; SCUDELER, V. C. O balanço social como indicador da responsabilidade social empresarial. **Universitas**, n. 2, p. 11-35, 2009.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/...D217.../G3_GuidelinesPTG.pdf>. Acesso em: 03 de Dez de 2015.

GONZAGA, F. M.; LIMA, L. A. S.; REBELO, L. M. B.; SOUZA, W. A. R. O Balanço Social e a Responsabilidade Social nas Empresas Brasileiras: Avaliação em Empresas de Capital Aberto. In: **Convibra Administração**. 2012. **Anais...** 2012.

HEALY, P.M.; PALEPU, K.G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, USA, v.31, n.1-3, p.405- 440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HORTA, C. E. R.; RAMOS, F. R.; LIMA, L. Responsabilidade Social. **Abmes**, n. 5, p. 19-25, 2011.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social**. Disponível em: <http://ibase.br/pt/prestando-contas/balanco-social/>. Acesso em 03 de Dez de 2015.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/guia-de-elaboracao-do-balanco-social-versao-2007/#.VmTb7dIrLIU>. Acesso em 03 de Dez de 2015.

KARKOTLI, G. **Responsabilidade sócio ambiental**. 1. ed. Curitiba: Camões, 2008.

KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. Responsabilidade social e a demonstração do valor adicionado. **Desenvolvimento em Questão**, v. 6, n. 11, p. 153-178, 2008.

LONGENECKER, J. G. **Introdução à administração: uma abordagem comportamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1981

LUCA, M. M. M. de. (1998). **Demonstração do valor adicionado: do cálculo a riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas.

MAZZIONI, S. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MAZZIONI, S.; DI DOMENICO, D.; ZANIN, A. A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 27, p. 43-59, 2011.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 4, n. 3, p. 274-286, 2007.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MOSCOVICI, F. **Renascença Organizacional**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MOURA, A. A. F.; NASCIMENTO, F. S. P.; LUCA, M. M. M. **Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU**. Congresso Brasileiro de Custos, 2010.

MULLENBACH, A.; GOND, J. P. Les fondements théoriques de la responsabilité sociétale de l'entreprise. In: **Revue des Sciences de Gestion**. 2004. p. 93-116.

OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, 2005.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 21-34, 2004.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 21-34, 2004.

PONCHIROLLI, O. (2008) **Ética e responsabilidade social empresarial**. Curitiba: Juruá.

Portal Brasil.(2011) Índice geral de preços do mercado – IGP-M. Recuperado em: 19 out.2011, de: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>.

QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. S.; MARTINS, A. S. R.; VALLE, P. R. P. C. A Evidenciação Quantitativa dos Investimentos Ambientais com o Auxílio do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. **RICG - Revista Iberoamericana de Contabilidade e Gestión**, v. 11, n. 21, p. 1-17, 2013.

REIS, C.N., MEDEIROS, L.E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas. 2007.

SANCOVSCHI, M.; SILVA, A. H. C. Evidenciação social corporativo: Estudo de caso da empresa Petróleo Brasileiro S/A. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, n. 1, p. 42-57, 2006.

SCHENINI, P. C.; CARDOSO, A. C. F.; RENSI, F. **Responsabilidade Social Corporativa**. In: SCHENINI, Pedro Carlos. (Org.). **Gestão empresarial sócio ambiental**. Florianópolis: Nova Letra, 2005. p. 35-60.

SOUZA, E. C.; PFITSCHER, E. D.; FREY, I. A. Balanço Social: uma análise dos indicadores sociais internos de uma empresa do ramo de pesquisa agropecuária no período de 2006 a 2010. 2011. In: XIV Semead – Seminários em Administração, São Paulo, **Anais...** 2011.

SOUZA, M. A.; PIMMEL, R. M. Análise de desempenho econômico e social: estudo do balanço social de empresas brasileiras/analysis of economic and social performance: study of social balance of brazilian companies. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 52, 2013.

TENÓRIO, O. F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Editora FGV, 2015.

TINOCO, J. E. P. Balanço social e a contabilidade no Brasil. **Caderno de Estudos**, n. 9, p. 01-04, 1993.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P. KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental.
In: **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Editora Atlas. 3 ed. 2011.

TORRES, C. Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil.
In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TREVISAN, F. A. Balanço social como instrumento de marketing. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

TUPY, O. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 6, n. 10, p. 73-86, 2008.

ABSTRACT: The objective of the present study was to verify the evolution of the level of investments in social responsibility, through the indicators disclosed in the social balance sheet, of companies in the Brazilian electric sector. For that, a descriptive, documentary and quantitative approach was carried out. The study population comprised all companies in the Brazilian electric sector listed on the BM&FBovespa. The sample consisted of 23 companies, which had the necessary data for analysis. The results showed that, with regard to internal and external social indicators, the companies with the highest percentage of investment in relation to their net revenue are those with larger size. However, with regard to internal indicators, it was verified that none of these companies showed any evolution in the investments during the analyzed period. In addition, most of the amount invested in external indicators is allocated to the government through taxes. Regarding the environmental indicators, it was verified that the analyzed companies did not show little expressive investments. It is possible to infer that Brazilian companies in the electricity sector are engaged with corporate social responsibility, since many have made significant investments. The results point to a small advance in the investments in social responsibility for some companies and regression for most of these, especially those destined to the environment. In response to the general objective of verifying the evolution of the level of investments in social responsibility of the companies analyzed, it is concluded that, although not a significant number of companies that publish the social report.

KEYWORDS: Corporate social responsibility; Electrical sector; Sustainability reports; Social balance sheet;

Sobre os autores

Allyne Marie Molina Moreira Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza; Mestranda em Direito no Centro Universitário 7 de Setembro.

Ana Paula de Moraes Campos Teixeira Coordenadora e Professora da Faculdade de Administração do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT). Graduada em Administração Com Habilitação em Comercio Exterior. Mestrado em Administração e Liderança. Mestranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária. Pós-Graduada Gestão em Negócio. paulacampos.adm@hotmail.com

Artur Angelo Ramos Lamenha É doutorando em Administração de empresas y Comércio Internacional pela UNEX (2013); Mestre em Gestão Pública (2010), especialista em Psicologia Organizacional (2015); especialista em Economia (2012); especialista em Contabilidade e Controladoria (1998) e graduado em Ciências Contábeis (1995). Atualmente é Professor da UFAL (FEAC) nos cursos de graduação em ciências contábeis e administração, e do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC nos cursos de especialização das áreas de Administração, Administração Pública e Ciências Contábeis. Tem trabalhos publicados em livros e artigos científicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. É componente da Academia Alagoana de Contabilidade empossado na cátedra 21, E-mail: artur.lamenha@gmail.com.

Benedito Albuquerque da Silva Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FAC – Departamento de Ciências Contábeis. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG; Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP;Doutor em Contabilidade pela Universidade Nacional de Rosário – Argentina; Doutorando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: ba.silva@terra.com.br

Bradlei Ricardo Moretti Professor da Universidade Regional de Blumenau Auditor Independente. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB E-mail: morettibrm@hotmail.com

Carlos Alberto Oliveira Brito Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: caobrito@uol.com.br

Caroline do Carmo Adorno Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; E-mail para contato: adornocaroline@gmail.com

César Medeiros Cupertino, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1992), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2003), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor em cursos de graduação e pós-graduação, tendo atuado em diversas instituições de ensino de Santa Catarina, entre elas: UFSC, UDESC/ESAG, SOCIESC/FGV, SENAC/SC e UNIVALI. Entre as disciplinas lecionadas destacam-se as seguintes: Administração Financeira, Mercado de Capitais, Matemática Financeira, Métodos Matemáticos e Estatísticos, Contabilidade de Custos, Auditoria Contábil e Perícia Contábil. É palestrante convidado de eventos científicos e de formação profissional, como o Curso de Formação de Peritos em Contabilidade da Polícia Federal. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, com ênfase em accrual anomaly, earnings quality, earnings management, valuation, sonegação fiscal, auditoria e perícia contábil

Denis Dall'Asta Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação de Ciências e Letras de Cascavel (1984), Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual de Maringá (1991) e Auditoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1993), Mestre (2000) e Doutor (2006) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Mestrado em Contabilidade e Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Líder do Grupo de Pesquisa em Contabilidade e Finanças. E-mail: denis.asta@unioeste.br

Diego Messias Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2009); Especialista em Controle da Gestão Pública pela Universidade Federal da Santa Catarina (2016) e especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional (2012); Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE. Participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Financeira e Finanças do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: diegomessias.1986@gmail.com

Gabriel Ramos Lamenha É bacharel em ciências contábeis pela SEUNE, com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Tem experiência com escrituração fiscal e trabalhista, relatórios gerenciais e análise das demonstrações financeiras. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, E-mail: lamenha20@hotmail.com.

Herivelton Antônio Schuster Professor da Universidade da Região de Chapecó - Unochapecó, Faculdade Mater Dei e Instituto Federal do Paraná – IFPR. Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Mater Dei; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: herivelton_schuster@hotmail.com

Ivone Junges (Economista, Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professora no Curso de Administração/UNISUL – E-mail: ivone.junges@unisul.br)

Jeanne Marguerite Molina Moreira Professor da Universidade Federal do Ceará; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP); E-mail para contato: jeannemoreira@hotmail.com

Jerry Adriani Johann Graduado em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997); Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (1998); Mestre em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE (2001) Doutorado em Engenharia Agrícola pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2011). Atua na graduação em Engenharia Agrícola e na pós-graduação no mestrado/doutorado em Engenharia Agrícola e no mestrado em Administração e Contabilidade. Vice-líder do grupo de pesquisa de Geoestatística Aplicada (GGEA) (1998-Atual) e Grupo de Pesquisa de Otimização de Sistemas Agroindustriais do Oeste do Paraná (GROSAP) da UNIOESTE (1997-Atual), e Grupo de Estudos em Geoprocessamento (GEO) da UNICAMP/SP (2000-Atual). E-mail: jerry.johann@hotmail.com

João Vinicius Santos Correia de Melo É pós graduando em Administração e Contabilidade Pública pela IPOG (2016); Possui graduação em Ciências Contábeis pela Seune (2015). Contém Artigo completo publicado na revista Olhares Plurais; Tem resumos publicados em anais de congressos e fez apresentações de trabalhos em simpósios e congressos, Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas pela aprovação do Comitê Científico do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade dos dois trabalhos de sua autoria. Atualmente é diretor administrativo e contador da Torquato & Melo Assessoria Contábil e Empresarial e é Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Anadia. E-mail: jvscm93@hotmail.com

Keizi Sacon Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Leidyanne Kássia Brandão Carneiro Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail para contato: leidyanne_kassia_@hotmail.com

Luiz Ivan dos Santos Silva Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Faculdade Anísio Teixeira; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Pública e Planejamento de Projetos pela Faculdade Batista Brasileira; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: prof.luizivan@hotmail.com

Mateus Prestes Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Maria Luciana de Melo É Pós-Graduanda em Contabilidade e Direito Tributário pela IPOG (Instituto de Pós-Graduação e Graduação), bacharela em Ciências Contábeis pela SEUNE (Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste), com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Atua como Gerente Financeiro. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. E-mail: malumelo87@gmail.com

Maressa Nadir Fonseca Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2014) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito trabalhista; e na área de Contabilidade, com ênfase em Consultoria de micro e pequenas empresas.

Michel Angelo Constantino de Oliveira Professor nos Programas de Doutorado e Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária e em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Local. Doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Pesquisador da área de Políticas Públicas Agroambientais, Economia Comportamental, Economia Regional e Econometria (Métodos Quantitativos). Pesquisador visitante do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA-Brasília/DF. Editor associado da *Economic Analysis of Law Review*. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Cientista de dados.

Nidia Martineia Guerra Gomes Professora do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e do Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT) nos cursos de administração, ciências contábeis e direito. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá – PR. Especialista em Economia

Agroindustrial pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Mestre em Agricultura Tropical pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Doutoranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: nidiaguerra2@gmail.com

Ozeni Souza de Oliveira Graduação em Ciências Biológicas. Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia de Alimentos. Mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária

Reginaldo Brito da Costa Professor titular da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná. Revisor dos periódicos científicos *Bragantia*, *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, *Ciência Rural*, *Scientia Forestalis*, *Ciência Florestal*, *Interações*, *Multitemas*. É líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Membro titular do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Campo Grande, MS.

Reinaldo de Almeida Coelho, Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, Florianópolis, Santa Catarina. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Industrial and Systems Engineering - Virginia Polytechnic Institute and State University (2002), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é gerente regional - Fundo Criatec - BNDES e professor universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Finanças, atuando principalmente nos seguintes temas: alocação de recursos, políticas públicas, desenvolvimento econômico, finanças corporativas e mercado de capitais.

René Becker Almeida Carmo Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Bahia; Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail para contato: rene@uefs.br

Roberto Carlos Klann Professor da Universidade Regional de Blumenau. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: rklann@furb.br

Roberto Francisco de Souza Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES (2009). Especialização em Contabilidade Gerencial e Controladoria em andamento pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: robertofsouzajr@gmail.com

Rodney Wernke (Contador, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professor no Curso de Administração/UNISUL e Professor no PPG em Ciências Contábeis e Administração/UNOCHAPECÓ – E-mail: rodney.wernke@unisul.br)

Rosane Aparecida Kulevicz Professora na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – FAC – Faculdade de Administração e Contábeis do departamento Ciências Contábeis Desde agosto de 1992 - até o momento. Graduada na - Universidade Federal de Mato Grosso em Bacharelado em Ciências Contábeis, 1988 – 1991; Especialista em Administração, pela Universidade de Tiradentes – RJ, Especialização em administração, 1994 – 1996; MBA em gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas – RJ em Master of Business Administration (MBA), Economia e Gestão Empresarial, 1999 – 2001; Mestra em Ciências Contábeis e Atuariais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP em Ciências Financeiras e Contábeis e Atuariais, 1999 – 2002. Doutorando em CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande, MS; e-mail para contato: rosaneakulevicz@gmail.com

Sady Mazzioni Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB; Professor do Programa de Mestrado Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Professor do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina.

Sandro Aparecido Lima dos Santos Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá. Graduado em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: sandroal.santos@gmail.com

Selma Alves Dios Professor da Universidade Federal Fluminense. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciências Contábeis pela fundação Getúlio Vargas. Doutorado em Contabilidade e finanças pela Universidad de Zaragoza, Espanha

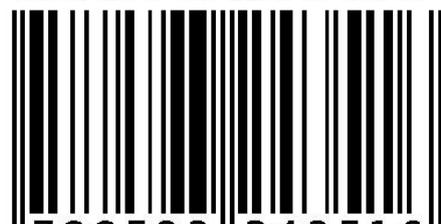
Sérgio Murilo Petri Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC; Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor do Curso de Ciências Contábeis da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina.

Silvana Dalmutt Kruger Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestra em Contabilidade e Professora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó; Chapecó, Santa Catarina.

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, Santa Catarina. Pós-doutorado em Ciências Contábeis-PPGC-UFSC. Doutorado em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestrado em Administração e Negócios, com ênfase em estratégia empresarial (PUC/RS). Pós-graduação em Finanças das Empresas, em nível de especialização (UFRGS). Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegre de Ciências Contábeis e Administração. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Econômicas (UNISUL). Estudante de Filosofia (UNISUL). Líder do Grupo de Pesquisa Estratégia e Competitividade -GECOMD (UNESC); e membro do GP Estudos em Estratégia e Performance- GEEP (UNIVALI/SC). Professor de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS (UNESC). Tem interesse em pesquisa nos seguintes temas: Finanças, Estratégia, Governança Corporativa, Determinantes da Inovação e Procedimentos Metodológicos de Pesquisa. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) nas áreas temáticas de Estratégia, Finanças e Contabilidade

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-51-6



9 788593 243516